

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Do Sr. Raimundo Costa)

Solicita realização de Audiência Pública para discussão do tema: *“implementação de um percentual mínimo obrigatório do pescado extraído pela pesca artesanal no PNAE.”*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, parágrafo único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para discutir o tema *“implementação de um percentual mínimo obrigatório do pescado extraído pela pesca artesanal no PNAE.”*

Para tanto, sugerimos que sejam convidados a comparecer a esta audiência pública os seguintes convidados:

- Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura – Senhor André de Paula; ou seu representante;
- Presidente da Confederação Nacional de Pescadores e Aquicultores – Edivando Soares de Araújo;
- Representante Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação- FNDE;
- Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Pesca Artesanal.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação- FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. Ressalto, que a pesca artesanal é



uma atividade importante para a economia e a cultura de diversas comunidades litorâneas em todo o país. Além disso, é uma forma sustentável de obter alimentos frescos, saudáveis e de alta qualidade. No entanto, muitas vezes essa atividade é desprezada e subvalorizada.

Com a intensão de valorizar a pesca artesanal e incentivar seu consumo, principalmente entre as crianças e jovens, é preciso criar maneiras mais eficazes para isso: assim, trago para discussão a necessidade de criação de um percentual mínimo obrigatório para inclusão do pescado artesanal na merenda escolar.

Tal iniciativa não apenas valoriza a pesca artesanal e apoia os pescadores locais, como também estimula a alimentação saudável e a diversificação do cardápio na alimentação escolar.

É preciso, ainda, estabelecer controle sanitário e de qualidade dos pescados, evitando assim riscos à saúde dos estudantes e garantindo o respeito às normas de consumo.

Sala de Comissão, 27 de abril de 2023.



Raimundo Costa
Deputado Federal -Podemos/BA

